

# *Nogueira Batista vê na medida caminho para um bom acordo*

SÃO PAULO — Seria inútil negar que a moratória não trouxe certos tipos de desvantagem ao Brasil, com o aumento dos *spreads* (taxas de risco) e o encurtamento dos prazos das operações embutidas nos projetos 3 (comércio) e 4 (mercado interbancário). Contudo, toda pessoa de bom senso, com um mínimo de preocupação com os interesses de longo prazo do país, é obrigada a admitir que sem ela não seria possível sequer sonhar com um bom acordo com os bancos credores, sem o aval do FMI.

Assim pensa o economista Paulo Nogueira Batista Junior, ex-assessor especial do Ministério da Fazenda para Assuntos de Dívida Externa e atualmente chefe do Centro de Estudos Monetários e Economia Internacional da Fundação Getúlio Vargas, no Rio. Além de garantir firmeza aos negociadores brasileiros, pois a suspensão unilateral do pagamento da dívida é um trunfo único do Brasil, a moratória apresenta vantagens práticas indubitáveis.

Só este ano o país deixará de transferir para os credores uma quantia de aproximadamente 4,5 bilhões de dólares — observa Paulo Nogueira Batista. Conhecedor das rígidas regras do fundo Monetário Internacional, ele não acredita que a suspensão da moratória possa, como se admite no Palácio do Planalto e no Ministério da Fazenda, trazer na negociação da dívida vantagens duradouras para o Brasil.

Suspender a moratória e aceitar um acordo com o Fundo antes de negociar com os bancos, acredita ele, “é uma temeridade”, pois tanto o México como a Argentina “estão pagando caro por terem agido dessa forma”. Qualquer acordo com o FMI levaria o país a submeter-se ao duro monitoramento de seus auditores, o que pressupõe a aceitação de regras que levam invariavelmente a recessão, com controles trimestrais sobre o comportamento do déficit público, dos salários e do nível de crescimento da economia.

“Engana-se quem pensar que o fundo vai mudar, só porque o Brasil deseja”, afirma Paulo Nogueira. O país deveria aproveitar-se das vantagens que a moratória unilateral lhe concedeu, sendo a principal a reviravolta no pensamento da comunidade financeira internacional, que até já aceita — conforme é comumente noticiado pela imprensa estrangeira — o fato de que ela se transformou no principal instrumento de negociação do Brasil.

“Suspendê-la agora e pagar parte dos juros, apenas para, como disse o ministro Bresser Pereira, obter um gesto de boa vontade do FMI”, é pura perda de tempo e de espaço político. Seria o mesmo que jogar pela janela tudo o que de bom foi conseguido até agora”, alerta o economista.

Além do que ocorre com México e Argentina, cujo Ministério da Economia admite que o FMI é “um beco sem saída”, o próprio governo brasileiro sabe que não adianta simplesmente pagar a dívida para que o credor se torne bonzinho. Paulo Nogueira Batista garante que o Brasil continua pagando os juros e parte do principal ao Clube de Paris — o total deste ano chegará a quase 1,9 bilhão de dólares —, sem que até agora tenha recebido um níquel de empréstimo de qualquer membro do organismo, que representa as agências governamentais de crédito.

“Ou seja, o Brasil na verdade não expandiu a moratória para o Clube de Paris, pois só deixou de pagar este ano cerca de 500 milhões de dólares, referentes a uma parte do principal, e não conseguiu nada em troca. Sequer um gesto de boa vontade.”